



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada a apreciação das matérias constantes das pautas n.ºs 09 e 10, de 2007.

Apreciação da ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata. *(Pausa.)*

Não havendo contestação, está em votação na Câmara Federal.

Os Deputados que concordam com a aprovação da ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado.

Os Senadores que aprovam a ata permaneçam se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Designo o Senador Antônio Carlos Valadares para secretariar a Mesa e ler o Expediente.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Expediente.

Correspondência interna recebida.

Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões das Comissões.

Ofício n.º 141, de 22 de maio, do Senador Augusto Botelho, solicitando a retirada da pauta do Aviso n.º 3, de 2007. Justificativa deferida.

Ofício n.º 105, Ofício n.º 8 e Ofício n.º 121.

Expediente solicitando alteração da modalidade de aplicação: Ofício n.º 77, do Deputado Pedro Chaves; Ofício n.º 28 do Deputado Marcelo Teixeira; Ofício n.º 614, do Deputado Wellington Fagundes.

Correspondência externa recebida.

Avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União.

Avisos/SESES encaminhados pelo Presidente do TCU, Ministro Walton Alencar Rodrigues, de 16 de maio de 2007: Aviso n.º 621, de 2007; Aviso n.º 622, de 2007; Aviso n.º 630, de 2007; Aviso n.º 639, de 2007, e Aviso n.º 645, de 2007. Todos foram encaminhados ao Presidente da Mesa, Senador José Maranhão.

Esta lido o expediente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Ordem do Dia.

Apresentação, discussão e votação do relatório preliminar apresentado com emendas.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, pela ordem. Não havia um requerimento do Deputado Paulo Rubens precedendo a pauta?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A pauta foi reorganizada dando-se prioridade ao relatório.

Apreciação do relatório preliminar com emendas apresentadas ao Projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias para 2008, PLN n.º 02, 2007-CN, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária 2008 e dá outras providências. Relator Deputado João Leão. Foram apresentadas 92 emendas.

Com a palavra o Relator Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, obviamente, na época que estamos vivendo, vemos um grande problema que acontece neste País. Os fatos revelados pela Operação Navalha mostram corrupção, tráfico de influência, superfaturamento e fraude na liberação de verbas públicas com a participação dos servidores, agentes públicos e pessoas do meio empresarial.

À semelhança do que foi mostrado pela CPI do Orçamento e da CPMI das Ambulâncias, a Operação Navalha revela falhas em todas as etapas do processo orçamentário. Aliás, revelava falhas, porque esta Comissão aqui corrigiu uma série de falhas que tínhamos anteriormente no Orçamento da União.

A Resolução n.º 01 deste exercício modificou substancialmente aquelas falhas que aconteciam na elaboração da peça orçamentária e nas emendas desta Casa. Por exemplo, acabou-se com as emendas “rachadinhas”; diminuiu o número de emendas por bancada e por Parlamentares. Agora mesmo, nesta Comissão, num acordo de Líderes feito bem antes de acontecerem todos esses problemas - vale salientar que fizemos esses acordos bem antes da Operação Navalha e outras - fixamos que cada bancada teria direito a 5 emendas de metas e prioridades na resolução; que não seriam acatadas emendas individuais de metas e prioridades, apenas emendas individuais de metas de texto, exclusivamente de texto.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Então, esta Comissão, durante este período, pelo menos desde quando estou aqui, vem tratando de, a cada dia, melhorar a peça orçamentária e ajudar não o Governo, mas o Brasil, na elaboração e na fiscalização do Orçamento.

Foi estabelecido agora nesta Comissão, em função da resolução, o acompanhamento da execução orçamentária, o que é de uma importância tremenda. Esta Comissão agora irá acompanhar a execução orçamentária.

Todas as CPIMs indicam que os esquemas de corrupção identificados dependem da condição necessária: fraude, conluio nas licitações e nas medições, prestação de contas da obra realizada ou do serviço prestado.

Desta Comissão, nenhum Parlamentar participa de licitação alguma. A licitação quem faz é o agente público, seja o município, seja o Governo, seja a União. Os Parlamentares não acompanham essas licitações.

Há uma série de questões que valeria a pena até esta Comissão se debruçar. A execução das dotações com investimentos *versus* emendas do exercício de 2006. Vamos fazer uma pequena análise sobre isso.

As dotações foram autorizadas em 26 bilhões e 100 milhões; foram empenhados 19 bilhões e 606 milhões e foram pagos 6 bilhões 561 milhões.

Das emendas individuais, que tanto este País e a mídia reclamam, foram autorizados 846 milhões, empenhados 509 milhões e pagos 30 milhões, ou seja, apenas 4% das emendas individuais de todos os Parlamentares.

Das emendas de bancada, foram autorizados 3 bilhões e 273 milhões; liquidados 1 bilhão e 503 milhões e pagos 214 milhões de reais, ou seja, 7%.

Digo isso simplesmente para que os Srs. Parlamentares, os presentes, a imprensa e o País tenham consciência de que a culpa do que está acontecendo não é do Parlamento, apesar de poder haver algum Parlamentar individualmente envolvido nisso.

Trabalho aqui, dou o meu suor, dou o meu trabalho, dou a minha vibração. Conhecem-me todos os senhores, e sabem da minha vibração no trabalho desta Comissão. Nunca vi, nem nunca dei...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Queria pedir permissão ao Deputado João Leão para corrigir aqui um equívoco da secretaria em relação a ordem da pauta.

Respondendo ao Deputado Claudio Cajado, tínhamos feito uma inversão, uma reestruturação da pauta. No entanto, pela informação que acabo de receber da secretaria, houve um equívoco e não estávamos em condição de fazer essa inversão da pauta.

De forma que o relatório que V.Exa. faz fica interrompido. Vamos seguir a ordem da pauta e, depois, pela ordem, entra o relatório.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, veja, eu apenas me insurji porque vi que se estava cometendo algo incorreto. Chamei a atenção da secretária e de V.Exa. e já estava providenciando um requerimento para apresentar formalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - A Mesa quer dizer a V.Exa. que me parece ocioso o comentário, porque a Mesa já reconheceu que houve erro.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sim, porém quero explicar a V.Exa. A minha intenção não era deixar de promover a leitura do relatório, até porque fora acordado com o coordenador dos Democratas na Comissão, o Deputado Sciarra, e demais coordenadores partidários, que iríamos fazer a inversão da pauta. Apenas ative-me formalmente à questão regimental.

Sei que não houve má intenção, porém iria fazê-lo por escrito preocupado com o precedente, mas não que achasse que houve má-fé ou má intenção. Uso da palavra porque não discuto a boa intenção da secretaria, nem de V.Exa.

Mas gostaria de dizer que peço aqui a inversão da pauta para que possa ser votada a preferência da leitura do relatório para que não o interrompamos, e V.Exa. coloca em discussão e em votação o requerimento que ora proponho de inversão de pauta.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Sr. Presidente, o primeiro item da pauta era o requerimento do Deputado Paulo Rubem Santiago que não está presente. Portanto, gostaria de requerer a inversão de pauta para a aprovação do relatório preliminar.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Esclareço a V.Exa. que já foi requerida. V.Exa. está chovendo no molhado, no bom sentido.

Está em discussão a inversão da pauta com preferência para o relatório do Deputado João Leão.

Em votação na Câmara.

Os Deputados que aprovam a inversão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Senadores que aprovam a inversão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Será feita a inversão da pauta e devolvo a palavra ao Deputado João Leão para prosseguir com o seu relatório.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** - Continuando, Sr. Presidente, com as ações preliminares.

Gostaria de dizer que estou hoje aqui lavando a minha alma como Parlamentar, e como Parlamentar desta Comissão há 12 anos.

Conheço a maioria dos Srs. Parlamentares desta Comissão. Sei da capacidade de cada um, da vontade de cada um. Alguns retornam a esta Comissão, e conheço as boas intenções de todos.

Temos discutido esse assunto nas madrugadas, nas altas horas da noite, trabalhando, fazendo com que tudo o que venha para o Orçamento, aquilo que é bom para o povo brasileiro, possa acontecer lá na ponta. Nunca, nunca vi Parlamentar algum desta Comissão propor isso ou aquilo que seja inócua, que não seja correto, que não seja sério. Ao contrário, só vejo boas intenções.

Ora, será que incluir a emenda do Deputado Márcio Reinaldo para pavimentar uma rodovia em Minas Gerais, para construir uma escola ou um centro de saúde é ilegal, é imoral? Lógico que não! Lógico que não! Quanto as emendas parlamentares têm auxiliado este País para que os Governos estaduais, municipais e federal consigam chegar lá na ponta? Quantas coisas foram construídas e realizadas nesta Comissão?

Quando assumi a relatoria da LDO, para o que tive a honra de ser escolhido por unanimidade numa reunião de Líderes, propus aos Srs. Líderes que não seria o Relator da LDO sozinho; seria o Relator da LDO com cada Parlamentar desta Comissão. Na primeira reunião que realizei com a assessoria da Comissão, levantei questão de ordem dizendo que não seria o Relator da LDO; nós todos seríamos Relatores da LDO e todas as questões seriam votadas. Aquilo que não fosse aprovado pela assessoria não entraria na LDO. Não é verdade que propus isso? E o fiz antes mesmo da Operação Navalha antes de qualquer outra!

Não posso aceitar notas, como a que foi publicada no *Correio Braziliense* desta semana, dizendo que esta Comissão queria enxertar o Orçamento da União. Não aceito isso! Nem tem resposta! Nem tem resposta! Não aceito esse tipo de coisa; não concordo com isso!

Acredito que nossa obrigação é trabalhar, e trabalhar para o bem do Brasil - e, graças a Deus, tenho feito isso nos últimos 12 anos em que tenho participado desta Comissão.

Estão dizendo aqui que o Leão é bravo, mas o Leão não é bravo, não. No entanto, não aceito que se jogue no Parlamento a culpa do que está acontecendo no País. Não aceito! Acho que a culpa não é dos Parlamentares, mas de alguns gestores irresponsáveis que precisam... Se o cara tem culpa, ele tem de ser preso! Alguns já foram presos.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** - Deputado João Leão, o Poder Judiciário é que é omissivo, alienado, acovardado, preguiçoso e todos os adjetivos que lhe cabem de incompetência - e é, por tudo isso, conivente. Se tivesse colocado na cadeia meia dúzia de bandidos que roubaram e que já foram detectados, identificados e pegos com a mão na botija, talvez isso não estivesse acontecendo.

Sejamos bem claros: a impunidade é o maior estímulo a essa rouboalheira que estamos vendo. Concordo com V.Exa. Não se deve imputar ao Congresso Nacional responsabilidade que é de alguns agentes ativos e do Poder Judiciário.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** - Anexo as palavras de V.Exa. ao meu discurso, caro Deputado Giovanni Queiroz.

Em função de acordo de Líderes, elaboramos a Errata nº 1.

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2008 - PL nº 02, de 2007 - CN.

Parecer preliminar sobre o Projeto de Lei nº 02, de 2007 - CN, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Relator: este Deputado.

Em virtude de acordo, resolvemos propor a aprovação das seguintes 19 (dezenove) emendas, antes com parecer pela rejeição:

- a) Emendas nºs 10, 14, 35, 48, 53, 58, 77, 82 e 91, para excluir da Parte 2 o Subitem 5 do Item 2.3 do relatório apresentado;
- b) Emendas nºs 15, 32, 49, 59 e 63, para excluir da parte 2 o Subitem 6 do Item 2.3 do relatório apresentado;
- c) Emenda nº 92, para incluir na Parte 2 nova alínea ao Subitem 3 do Item 2.3 do relatório apresentado nos seguintes termos: *“as ações de apoio à sanidade animal e vegetal”*;
- d) Emendas nºs 71 e 89, para alterar a redação da Parte 2, Subitem 6 do Item 2.1 do relatório apresentado na seguinte forma: *“O valor financeiro implícito no somatório das programações e respectivas metas incluídas no anexo será, no máximo, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do total das despesas discriminatórias aprovadas na Lei Orçamentária de 2007, cujo montante atinge R\$ 105.658.576.000,00 (cento e cinco bilhões, seiscentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e setenta e seis mil reais), conforme o Anexo I do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007;*
- e) Emendas nºs 78 e 90, para incluir o novo subitem no Item 2.1 da parte 2 do relatório apresentado, definido o referencial financeiro disponível para aprovação de emendas parlamentares ao Anexo de Metas e Prioridades, atendidas as despesas relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, nos seguintes termos: *“7. Inclui-se, no montante financeiro implícito ao Anexo de Metas e Prioridades definido no subitem 6, do Item 2.1, da Parte 2, o valor de R\$ 17,4 bilhões destinado às ações que se referirem à programação específica do PPI ou do PAC para 2008.”*

Emenda de autoria do Relator do PPA. Está acatada.

Brasília, DF, 23 de maio de 2007

Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do parecer preliminar e do anexo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, na forma ora apresentada, que entrega as propostas de parecer às emendas.

Brasília, DF, 22 de maio de 2007

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Em discussão o relatório.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, evidentemente, as alterações propostas pelo Relator, Deputado João Leão, vêm ao encontro das preocupações de diversos Deputados, autores ou não de emendas ao relatório preliminar, que as haviam externado em diversos debates ocorridos em reuniões de bancadas, sobretudo pela peculiaridade da tramitação desse Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, que chegou a esta Casa antes da apresentação do Projeto de Lei do Plano Plurianual.

Mesmo assim, no Item 2.3, Subitem 3, são discriminadas as ações a serem consideradas prioritárias em relação aos critérios para apresentação e para atendimento de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades.

Destacarei o Subitem 3:

*“3) Serão considerados prioritários:*

- a) *as ações propostas por emendas coletivas;*
- b) *os projetos de grande vulto em andamento a serem concluídos em 2008;*
- c) *os programas, ações e respectivas metas físicas associadas ao PPI ou ao PAC;*
- d) *os projetos relacionados à redução das desigualdades regionais e sociais;*
- e) *as ações de incentivo ao aprimoramento da capacidade de operação (...);*
- f) *ações relacionadas à área de segurança; e*



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

g) *ações que abrangem áreas ou regiões com Índice de Desenvolvimento Humano — IDH abaixo de 0,600 ou localizados na faixa de fronteira (...)."*

Embora o Relator tenha retirado os Subitens 5 e 6, sobretudo o de nº 6, na prática, o Subitem 3, do Item 2.3, de alguma forma, reintroduz o que poderia ser objeto de emenda do Relator e que agora é retirado na versão em que estamos discutindo um conjunto de metas, de investimentos, de ações e de obras que, certamente, deveria ser objeto de um plano anexo de metas a ser apresentado junto com o Plano Plurianual.

O que são projetos de grande vulto em andamento? Projetos de grande vulto seriam obras rodoviárias, investimentos para aprimoramento da relação nos modais de transporte ferroviário e rodoviário e pavimentação de rodovias de ligação de regiões produtoras com portos exportadores?

Parece-me que, em parte, o que o Relator retirou nos Subitens 5 e 6 foi mantido no Subitem 3, do Item 2.3. Mais uma vez, pergunto: as letras a, b, c, d, e, f e g do Subitem 3 já não estão antecipando plano de metas que deveria ser discutido no Plano Plurianual? Parece-me que, apesar de retirar os Subitens 5 e 6, abrindo mão da possibilidade de apresentar emendas para incluir no Anexo de Metas e Prioridades programas, ações e respectivas metas associadas ao PPI e ao PAC, o Relator tirou com uma mão e colocou com a outra.

Foi retirado o Subitem 6, que admitia a inclusão, por meio de emendas, de programas, ações e respectivas metas físicas associadas ao PPI e ao PAC. No entanto, é mantida essa possibilidade no Item 2.3, Subitem 3, letra c. Ou seja, S.Exa. trocou 6 por meia dúzia.

Se possível, gostaria de ouvir do Relator o seu entendimento a respeito.

Parece-me que, qualquer que fosse o Relator, por serem prerrogativas próprias do Poder Executivo, não caberia a inclusão de inúmeras áreas. Até me identificaria, por exemplo, com a letra f, pois sou membro da Comissão de Segurança Pública e tenho a honra de presidir uma Subcomissão permanente que trata do orçamento e financiamento da segurança pública e possui levantamento da execução do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional, tendo recebido resposta de algumas assembleias acerca dos orçamentos dos Estados para a segurança pública.

Parece-me que o que foi retirado dos Subitens 5 e 6 está mantido no Subitem 3, Item 2.3.

Sem prejuízo da apresentação do voto ou da discussão, considero importante ouvir do Relator o significado da retirada dos Subitens 5 e 6, sobretudo do Subitem 6, e a manutenção de programas, ações e respectivas metas associadas ao PPI e projetos de grande vulto.

Quais os projetos de grande vulto não estariam acolhidos no PPI e no PAC? Projetos relacionados à redução das desigualdades regionais?

Mesmo com o caráter genérico de alguns desses projetos, continua persistindo, de acordo com meu ponto de vista, uma inconstitucionalidade, independente de quem seja o Relator, o Estado, ou o partido do Relator, Governo ou Oposição. Essas questões propostas são prerrogativas do Poder Executivo e não do Relator. Trata-se de norma constitucional. E tenho absoluta certeza de que a assessoria da Comissão poderá distribuir aos Deputados as normas a que me refiro.

Preliminarmente, são essas considerações, sem prejuízo do debate do mérito, se elas forem entendidas de maneira diferente pela maioria dos membros da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Consulto o Relator se pretende responder a cada questão isoladamente ou se o fará no fim das interpelações?

*(Pausa.)*

O Relator, conforme acabou de optar, responderá a todos os questionamentos no final das interpelações.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** - Sr. Presidente, tenho uma dúvida quanto à redação, cuja resposta poderá esclarecer os Parlamentares. Gostaria de questionar o Relator nesse sentido para melhor entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Lembro ao Deputado Eduardo Sciarra que o próximo orador inscrito é o Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** - Sr. Presidente, aguardarei minha vez, mas reitero que uma resposta à minha dúvida poderia esclarecer a todos.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** - Sr. Presidente, concordo com V.Exa., no que diz respeito ao debate. E o Relator acatou a posição. Os 2 pontos levantados pelo Deputado Paulo Rubem Santiago, na minha opinião, são





**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

preliminares. Seria importante o Relator vencê-las, porque seria dada seqüência a essas questões. Não são ponderações de caráter pessoal, nem tampouco levantadas a partir do que significaria uma espécie de comentário ao relatório. Entendi como sendo uma argüição feita pelo Deputado Paulo Rubem Santiago.

Seria importante o Relator responder ao questionamento, de imediato, até para que o assunto não perdesse durante a reunião e possamos debater o relatório à luz de sua resposta, fundamental para apresentar uma solução imediata a esse ponto levantado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Esclareço ao Deputado Walter Pinheiro que essa questão já está resolvida. O Relator optou por responder a todos os questionamentos depois que se esgotarem as interpelações.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** - Sr. Presidente, entendi a intenção do Deputado João Leão, que mostrou os critérios para apresentação e atendimento de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades. Assim sendo, respondo aos Deputados Paulo Rubem Santiago e Walter Pinheiro. Apenas a letra b refere-se aos critérios de apresentação de emendas e ao critério a ser adotado pelo Relator para apreciação.

Portanto, o Subitem 3, letra b não invalida a supressão dos Subitens 5 e 6, acordada em reunião dos Líderes com o Relator. Os projetos de grande vulto em andamento a serem concluídos em 2008 não se confundem com os projetos do PPI nem do PAC. Projetos de grande vulto em andamento a serem concluídos em 2008 podem não estar incluídos no PAC.

Com essa observação, Sr. Presidente, tendo lido o relatório do início ao fim e participado das reuniões com o Relator e com o Líder, Deputado Walter Pinheiro, creio que estamos em condição de votar o relatório preliminar do Deputado João Leão tal como se encontra, depois das correções feitas por S.Exa.

Assim, apresento o meu voto e os votos da bancada do PMDB, nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** - Sr. Presidente, há uma dúvida que não é apenas minha, mas de outros Parlamentares. Estou esclarecido em relação ao levantado pelo Deputado Paulo Rubem Santiago, quanto à letra c, incluindo a Emenda nº 92, referente ao que o Deputado Ricardo Barros sugeriu: inclusão das ações de apoio à sanidade animal e vegetal entre as ações prioritárias.

De minha parte, entendo que fomos atendidos pelo que foi discutido e acordado com a exclusão dos Subitens 5 e 6. Esclarecida a dúvida com relação à letra c, entendo prevalecer aquilo que acordamos ontem. Não tenho nenhum óbice a respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Sr. Presidente, agradeço ao Relator a inclusão da nossa emenda sobre sanidade animal e vegetal. O relatório com os acordos que fizemos foi muito bem feito. E vamos votá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Cláudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tive a oportunidade de participar da reunião de Líderes. Efetivamente, o Deputado João Leão retirou do relatório aquilo que considerávamos excessivo em relação ao poder do Relator e à autonomia da Comissão, cuja decisão deve ser tomada de forma coletiva pela maioria dos seus membros.

Retirados os Subitens 5 e 6, do Item 2.3, o relatório ficou bom. Tive a oportunidade de conversar pessoalmente com o Deputado Paulo Rubem Santiago, pois não havia entendido a sua crítica. Na minha opinião, o relatório, como exposto, evidencia aquilo que deve ser objeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, indica posturas, metas e o norte a ser adotado pelo OGU de 2008.

Da minha parte, como houve acordo não apenas de procedimento, mas sobre o conteúdo, considero que o relatório ficou bom. E ao Relator, Deputado João Leão, baiano que tanto orgulha a Bahia e cuja competência na Comissão é vista por todos, gostaria de aduzir que não temos críticas a fazer neste momento.

Devemos votar o relatório preliminar, a fim de iniciar os prazos para apresentação de emendas. Deixo registrado meu posicionamento. Pedirei vista ao anexo, que segue junto à LDO, para que possamos apresentar, se for o caso, emendas, como também o acordo de procedimento, para que não haja emendas individuais, a não ser de texto. Que cada bancada, reunida de forma majoritária, possa apresentar suas emendas que digam respeito às metas, de forma estratégica, não casuística, como são normalmente as emendas individuais. Participei da reunião muito bem conduzida pelo Relator, e os Líderes partidários, de igual forma, manifestaram-se a favor desse relatório.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Para concluir, quero apenas aduzir as palavras iniciais do nobre Relator. Também achamos uma injustiça muito grande alguns colegas, inclusive do Parlamento, criticarem a Comissão de Orçamento e as emendas individuais. Isso é lamentável porque os que não pertencem à Comissão e os que não entendem de orçamento costumam fazer comentários que, muitas vezes, em vez de ajudar, atrapalham.

Na verdade, como demonstrou o Deputado João Leão, as emendas individuais só foram pagas em 4%. O que precisamos fazer é tornar cada vez mais transparente o processo de apresentação de emendas da sua execução e do seu pagamento. Internet e comitê de acompanhamento da execução orçamentária são positivos. Não podemos perder tempo.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que levante a bandeira do orçamento impositivo pelo menos para iniciarmos as emendas individuais. O Governo alega que não pode adotar o orçamento impositivo porque as receitas previstas pelo Executivo não batem com as previstas pelo Legislativo. Historicamente, aqui não tenho procuração da assessoria da Comissão de Orçamento, mas sempre tivemos razão, e o Poder Executivo sempre errou na sua projeção de receita anual, quando passamos pelo exercício financeiro.

Portanto, a história está ao lado dos nossos competentes consultores legislativos da Comissão de Orçamento. Nós, com o acompanhamento da receita, temos a oportunidade de fazer com que o orçamento impositivo seja feito nas emendas individuais. Num segundo momento, Sr. Presidente, V.Exa. poderia levantar essa bandeira em nome de todos nós que compomos a Comissão.

A segunda bandeira é uma questão das Lideranças partidárias na Casa: avançarmos na reforma política, adotarmos o financiamento público e a lista aberta com o voto distrital. Não sei se é a solução, mas, pelo menos, pode ser, em cima da tentativa ou erro, um bom caminho a perseguirmos.

Faço esse adendo porque o assunto foi trazido à discussão pelo Relator, Deputado João Leão. Quero ombrear a S.Exa. em suas palavras e dizer que temos demonstrado, cada vez mais, avanços importantes na elaboração, no acompanhamento dessas emendas orçamentárias, enfim, do Orçamento como um todo.

A corrupção não existe apenas de um lado. Ela é um tripé. Pode nascer nas emendas, mas precisa da participação de Prefeituras e Governo de Estado para fazer licitações viciadas, nas quais os empreiteiros aparecem para vender a facilidade na liberação ao Poder Executivo. Portanto, não aceito.

Infelizmente, a mídia não dá essa amplitude. Apenas coloca o lado negativo, o lado podre do Poder Legislativo quando, na verdade, é um tripé. Repito: pode nascer nas emendas, mas precisa da participação de quem faz as licitações, Prefeituras e Governo de Estado, com a facilitação das empreiteiras na liberação dos recursos financeiros no Ministério. É nesse ponto que se encontra a mazela do nosso País em termos de corrupção.

Sei que estou fugindo um pouco do assunto, mas é pertinente, porque, repito, o Relator trouxe a questão à baila. Precisamos criar também a CPI dos corruptores. Não adianta apenas atacar a consequência; tem que se atacar a causa. Enquanto não evoluirmos nesse conceito, vamos ficar assim sempre sendo objeto de desgaste ano após ano. É lamentável porque o Presidente Arlindo Chinaglia impôs um ritmo de trabalho que estávamos avançando e agora caímos nessa situação lamentável de desprestígio do Congresso Nacional que vai cada vez mais continuar ofuscando o brilho desta instituição. Quem faz parte dela e quer vê-la brilhar tem dado a sua contribuição para que isso aconteça. E não pode aceitar. É o caso deste que está usando a palavra.

Parabenizo V.Exa., Deputado João Leão, não apenas por ter aquiescido na reunião dos Líderes. Naquilo que não foi acordado, V.Exa. teve essa disposição de poder fazer esse amplo acordo.

Espero que ao final, quando formos aprovar a LDO, V.Exa. mantenha essa mesma postura, porque é o caminho do entendimento, da negociação e principalmente da aprovação.

Portanto, com a permissão do nosso Líder Sciarra, os democratas devem votar a favor do relatório de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Esclareço ao Deputado Claudio Cajado que nós, Senadores, já temos uma posição determinada favorável ao orçamento impositivo. Acho que não é apenas por inspiração desse instante, mas por convicção doutrinária mesmo.

O Orçamento da República no Brasil é quase uma peça de ficção. Só não é para o Executivo, que faz sempre o que quer.

Há algo interessante nesse processo denunciado pela chamada Operação Navalha: a forma como se quer confundir os fatos, como se quer debitar unicamente ao Legislativo a responsabilidade por mais essa chaga, aberta agora ao conhecimento da opinião pública. Até admito que existam outras ainda que estão debaixo das vestes oficiais



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

em qualquer setor. Não se faz corrupção em matéria de utilização de recursos orçamentários sem o concurso determinante do Executivo. O Executivo faz a licitação, fiscaliza a obra, paga as medições feitas em qualquer obra. Claro que não estou querendo inocentar aprioristicamente a participação de algum Parlamentar no que respeita à concessão de emendas.

Dentro dessa ordem de considerações, algumas pessoas já estão advogando para acabar o direito de fazer emenda ao Orçamento.

Ora, o direito de fazer emenda é uma conquista da Constituição em vigor. Se queremos retroceder ao período da ditadura de 64, não precisamos ter, inclusive, Congresso. Basta haver o Executivo, ou então um Congresso como houve àquela época, que dizia amém a tudo o que se fazia no Executivo.

Não é por aí. Há equívoco. E é até natural que haja nesse momento, porque uma questão dessa magnitude revolta as pessoas, dá indignação ao cidadão de bem, que vê o produto das suas contribuições diretas ou indiretas na formação da receita nacional sair por esse ralo imenso, como tem denunciado a imprensa nacional.

Mas é preciso que nesse momento tenhamos racionalidade. Um grande pensador brasileiro já disse que na hora das crises a virtude está no centro. Evidentemente, é preciso termos racionalidade e equilíbrio, porque muitas vezes a providência feita de afogadilho, em vez de ser um remédio, é um estimulante da doença que está acometendo todo o País.

Vou citar um exemplo que não tem muitas ligações com esse que estou discutindo, mas vale para mostrar que essa forma de resolver os problemas, sem um pensamento reflexivo, pode não resolver nada. Trata-se do apagão. Está-se chamando muita coisa de apagão: a corrupção que teria havido na INFRAERO, misturada à ineficiência do sistema de controle de vôo.

Quando se discutia na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do Senado uma lei que estava parada na Câmara há 2 anos e de repente assumiu uma importância de urgência urgentíssima, eu levantei a questão de que a segurança do vôo era algo muito importante para que um órgão fosse criado e assumisse sem estar preparado a responsabilidade da infra-estrutura de proteção ao vôo e à navegação aérea. Quando eu assim me manifestava, os defensores de uma solução imediata diziam que haveria uma crise na aviação se não se a transferência não se desse imediatamente. Resultado: a transferência se deu, e, depois de 8 meses, o Brasil foi pego de surpresa numa crise que suscitou outra: a crise gerada pelo acidente entre um avião de uma companhia aérea brasileira e um avião de matrícula americana. Mas essa colisão em vôo é outra questão.

Por que aconteceu a crise do controle de vôo no País? Porque o órgão que se criou de forma atabalhoada, de forma apressada, de forma não reflexiva, não responsável, não estava preparado para assumir as graves responsabilidades de exercer com eficiência o controle do tráfego aéreo no Brasil.

Tenho certeza de que, mesmo com a CPI, essa vai ser uma questão marginal. Na realidade, na prática, o foco político da CPI é a apuração de prováveis irregularidades nas obras de aeroportos e de outros equipamentos na área da INFRAERO. A questão do controle de vôo vai ficar para as calendas gregas.

Tem razão a opinião pública nacional de exigir do Congresso Nacional um posicionamento em relação ao que aconteceu. Nesse aspecto, aliás, temos de convir em que o Congresso Nacional já fez uma boa parte, com a aprovação da Resolução nº 1. Essa Resolução deu maior transparência à tarefa de elaboração do Orçamento, deu maior dinamismo a esta Comissão, cujo colegiado era maior do que o próprio Senado Federal — 84 membros — e hoje está reduzida, na prática, a 42, e criou os comitês de acompanhamento da execução orçamentária, que são importantíssimos. Conquanto já estivesse escrita na Constituição a atribuição desta Comissão de fiscalizar a execução orçamentária, não tínhamos nenhum instrumento efetivo para exercê-la com maior eficiência.

Dessa forma, no que respeita a minha posição, sou, sim, favorável ao Orçamento impositivo. Temos de sair do faz-de-conta. O Orçamento se presta, inclusive, a todos os jogos que resultam sempre em atos de corrupção. E, aí, não vai prevalecer a força da lei, mas a força de quem tem maior *lobby*, de quem tem prestígio maior, de quem tem maior influência. Se o Orçamento fosse impositivo, não precisaria haver interveniência política, técnica ou de corruptos para a liberação das verbas.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Humberto Souto.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** - Sr. Presidente, gostaria inicialmente de formular uma pergunta ao Sr. Relator.





**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Sr. Presidente, quero levantar uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** - Por gentileza, na hora em que eu terminar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Peço licença aos oradores para interrompê-los. Quando o Deputado Ricardo Barros pediu a palavra para uma questão de ordem, a palavra já tinha sido concedida ao Deputado Humberto Souto. Se efetivamente V.Exa., Deputado Ricardo Barros, tem uma questão de ordem, vai interromper o orador.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - É importante. Sr. Presidente. Peço licença ao Deputado Humberto Souto. Gostaria de pedir ao Presidente ...

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** - V.Exa. tem de pedir ao orador que está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Eu sei, Deputado Humberto Souto, que faltam 10 minutos para as 4h.

Como temos prazos a cumprir para a votação da LDO, quero sugerir ao Sr. Presidente, se for possível, que coloque em votação a matéria e decida a questão de ordem do Senador Antônio Carlos Valadares. Em seguida, S.Exa. daria a palavra aos companheiros.

Por discursos de apoio e de aprovação ao Deputado João Leão, vamos acabar perdendo a oportunidade da votação.

É a questão de ordem que apresento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Quero dizer a V.Exa. que não tenho atribuições para cercear o direito de palavra dos oradores inscritos.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** - Sr. Presidente, desejo saber algo do Relator. Recebi agora, à tarde, um papel sobre o acordo que foi feito. Que acordo foi esse? Sou representante do meu partido na Comissão e não participei dessa reunião.

Sr. Relator, eu vou concordar com o Relatório de V.Exa. Eu apresentei 2 emendas, acolhidas por V.Exa., e me dei por atendido. Mas acho que a Comissão não pode funcionar dessa forma. Temos um colegiado de representantes dos partidos na Comissão, e eu gostaria muito de ter participado dessa reunião com V.Exa., mas dela não tomei conhecimento. Gostaria que o Sr. Presidente tomasse conhecimento dessa realidade.

Minhas observações são com referência ao que está sendo discutido. Temos de ter a consciência de que a única maneira de combater a corrupção, de mostrar que o Congresso Nacional está disposto a contribuir para extirpar a corrupção no País é a transparência.

A corrupção não está na emenda, mas na liberação dos recursos pelo Executivo. A barganha política no País está na liberação dos recursos relativos às emendas, não propriamente nas emendas de Parlamentares, não nas emendas globais. Se quisermos acabar com a corrupção, temos que acabar com esse tipo de prática. Temos de ter iniciativas nesse particular. O Orçamento impositivo é muito...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - O Orçamento impositivo é a solução.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** - Nós poderíamos, por exemplo, trabalhar em relação às emendas parlamentares, área em que somos atingidos diretamente. Vamos estudar uma fórmula para dizer na LDO que o Executivo só poderá liberar as emendas individuais de maneira uniforme. Ele não poderá mais negociar votos com Parlamentares para votar matérias de seu interesse. Não vai haver mais mensalão, nem negociação nem barganha com voto de Parlamentar.

Estive nos Estados Unidos em certa ocasião em que o Presidente daquele país estava liberando uma escola técnica para cada Parlamentar. Ele escolhia o local em que se instalaria a escola técnica, mas não fazia discriminação. Se, aqui, o Governo liberar 1 milhão de reais para as emendas e esse 1 milhão for dividido entre os 513 Deputados, não vai haver mais essa barganha, o Deputado não vai ficar submetido ao Executivo. Essa mentira, essa enganação, esse faz-de-conta em que vivemos não funcionará mais, pois a malandragem está na liberação das emendas.

Temos de arranjar uma maneira, se queremos efetivamente recuperar a imagem do Congresso Nacional, de determinar que a liberação das emendas se dê uniformemente para todos os Parlamentares, independentemente de sua posição política. Aí, então, o Parlamento passará a ter independência, passará a questionar as matérias oriundas do Executivo. Hoje, como as coisas estão, os Parlamentares não querem saber o que está acontecendo. Votam as matérias sem nenhuma preocupação com o que está ocorrendo com referência à sociedade brasileira. Isso está



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

descharacterizando o Parlamentar. Precisamos, repito, arranjar uma fórmula de, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, estabelecer uma nova sistemática.

Eu convocaria o nobre Relator, que demonstrou boa vontade e independência ao fazer seu Relatório, para encontrar uma forma de dizer ao Executivo que não ainda não é Orçamento impositivo em toda a sua extensão, mas ele será impositivo na liberação no que se refere às emendas parlamentares, porque assim teremos independência para nortear nossas atitudes nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

**O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO** - Proponho a V.Exa. que reavalie a proposta do Deputado Ricardo Barros, de votarmos logo a matéria. Quem quiser continuar falando, que o faça depois, porque já vai começar a Ordem do Dia e ainda não votamos o Relatório.

Estou inscrito para falar, mas retiro minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Ao retirar sua inscrição, V.Exa. já deu uma grande contribuição e exemplo para quem quiser seguir. Sugiro aos demais inscritos que renunciem ao uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** - Eu não renuncio. Essa palavra não existe no meu dicionário, mas abdicó, num primeiro momento, para o bem geral da Nação, a fim de aprovarmos a LDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Em votação na Câmara dos Deputados o Relatório do Deputado João Leão, ressalvados os destaques.

Em votação também a errata.

Os Srs. Deputados que concordam com a aprovação do Relatório, ressalvados os destaques, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** - Eu retiro os destaques, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Com a retirada dos destaques, voto contra o Relatório. De maneira impessoal, quero ressaltar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Aprovado com um voto contrário.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** - Sr. Presidente, eu gostaria de tirar algumas dúvidas.

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** - Sr. Presidente, por isso eu disse que não renunciava, mas que apenas abdicava, por um momento. Eu gostaria de pedir ao Relator que esclarecesse que acordo aqui cobrado foi aberto a todos. Quem não apareceu talvez não tenha sido avisado ou não teve tempo de chegar até ao local da reunião. Mas, repito, foi um acordo aberto para todos, e eu participei.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** - Em relação à dúvida do nobre colega Paulo Rubem Santiago, quero dizer que a dúvida de S.Exa. era também a minha. Era poder demais para este Relator. O que fiz, então? Com essa errata, abdiqueei de dos poderes do Relator.

O Deputado Pedro Novais, grande Parlamentar desta Casa, explicou em pouquíssimas palavras as intenções do Relator — e agradeço a S.Exa. as palavras. Minha intenção foi fazer um Relatório com a participação de todos os membros da Comissão. Retirei, então, os poderes que o Relator detinha. Com isso, todos nós somos iguais. Quem terá o poder no Relatório serão as bancadas dos Estados, após as discussões.

Em relação, por exemplo, aos grandes projetos, há uma cláusula no Relatório que estipula o valor: no mínimo 10 milhões e 500 mil reais.

É bom que as bancadas fiquem atentas ao que vou dizer: a finalidade da LDO é definir metas, estabelecer prioridades. Ela fixa a meta e prioriza. Não vamos acatar metas inferiores ao valor de 10 milhões e 500 mil reais. Agora, é interessante: observar que a emenda não conterà valores em reais. Virá, por exemplo, em rodovias: xis quilômetros de rodovias.

As bancadas têm de ficar atentas para saber quanto custa, em média, 1 quilômetro de rodovia, para que possam apresentar as emendas corretamente. As suas dúvidas, nobre Deputado, eram as minhas dúvidas. Eu tinha certeza de que V.Exa., ouvindo-me falar agora, votaria a favor.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

No que se refere aos projetos de grande vulto, acho que V.Exa. entendeu a posição.

Meu caro Deputado Humberto Souto, peço perdão a V.Exa., pois a culpa foi minha. Quando fiz essa reunião na Liderança, eu a fiz no intuito de chamar os Parlamentares, principalmente os Deputados. Pequei até por não ter convidado os Senadores. *Mea culpa* também, nobres Senadores. Mas pequei no intuito de procurar fazer um Relatório a diversas mãos e não um Relatório individual. Peço desculpas a V.Exa. e não pecarei mais. A toda e qualquer reunião de Líderes V.Exa. estará presente; do contrário, não haverá reunião.

Estou à disposição dos colegas Parlamentares que queiram fazer qualquer pergunta sobre o Relatório.

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** - Sr. Presidente, eu também concordo. Ontem, ao participar dessa reunião com alguns Deputados e com o Relator, chegamos a um acordo, a um denominador comum. Para mim, só há um problema, a transparência. De fato, temos que mostrar transparência.

O que é isso? Para o ano de 2007, existe um problema: o PPA se encerra em 2007. Estamos trabalhando o Orçamento de 2008, mas não temos o PPA.

Para se tornar mais transparente, embora o Relator tenha dito que apresentará às bancadas aquilo que o Governo nos enviou, para deixar as coisas bem claras, seria legal se também publicássemos. Seríamos mais transparentes.

Relativamente àquilo que falam do Legislativo e do Executivo, Sr. Presidente, muitas vezes nos esquecemos do Judiciário nesse emaranhado de coisas que de vez em quando acontecem. Agora é a Navalha, mas os barbeiros é que entendem de navalha, que já está fora de moda.

Vejo a questão da seguinte maneira: não é culpa só de um órgão. E não adianta dizer que se o Orçamento for impositivo acabaremos com essas picuinhas. Isso não é verdade, porque também não é verdade que nós não temos culpa — podemos até tê-la, e cada uma assuma sua parte. Mas, mesmo que fosse impositivo, o Deputado e o Senador têm prioridade, eles têm vontade, eles representam o povo dos respectivos Estado. Isso não é defeito. É virtude. E eles têm de se empenhar para liberar as verbas destinadas às obras de interesse do seu Estado. Não existe imposição quando não existe dinheiro.

Para ser claro, teríamos de voltar lá atrás e não ser o que somos hoje. O Legislativo teria por obrigação elaborar o Orçamento. Essa era a nossa função. Tínhamos de estar preparados para elaborar o Orçamento em parceria com o Executivo. Aí, sim, poderíamos elaborar um orçamento exequível, o que não ocorre hoje, porque a proposta entra no Congresso Nacional de uma forma e sai totalmente de forma diferente, em termos numéricos, porque todos queremos agregar mais alguma coisa. E aí vem o contingenciamento, aí vem a luta política para liberar.

Eu não fico decepcionado, porque isso não me atinge. Porém, temos de colocar que não somos apenas nós, não. Há corrupção no Tribunal de Contas, no STJ, em todo o lugar. Mas as pessoas têm medo de falar. E nós ficamos aqui, assumindo a culpa, querendo fazer CPI para investigar a nós mesmos.

Ora, por que nos investigar? Eu não vou assumir uma culpa que não é minha. Que conversa fiada é essa! Não vou investigar os que estão aqui dentro, porque, se nós temos culpa, alguém tem mais culpa ainda, porque não somos nós quem liberamos. Precisam ser investigados os altos e os baixos funcionários do Governo, porque todos têm influência.

Outro aspecto precisa ser discutido com seriedade é o da legalização dos lobistas. Nos países mais sérios do mundo, a atividade dos lobistas é regulamentada. Aqui, não. Se os senhores forem ao Restaurante Piantella encontrarão todos os empreiteiros e todos os interessados no Orçamento do País. Ora, a partir daí, um Deputado não poderá mais ir ao Piantella, senão, a imprensa, no outro dia, vai publicar que o Deputado tal estava lá onde estavam os lobistas.

Nos demais países, há corrupção também. No Brasil, o problema é a impunidade. Ontem, foi noticiado que um membro do Tribunal de Contas, ex-colega nosso, estava numa gravação telefônica, mas logo a imprensa disse que não era nada, logo a imprensa o livra. No entanto, quando se trata do Parlamento, todo mundo joga pedras. O Congresso Nacional é uma instituição verdadeiramente democrática, porque são 513 Deputados e mais 81 Senadores. Então, é fácil atirar pedras em todos nós. Agora, quando se chega a outros órgãos, há outros interesses. E os interesses, sabemos quais são. Neste momento, temos que ter hombridade e coragem para dizer onde está o problema.

Por isso, sou contra a abertura de CPI e a transformação do Orçamento em impositivo. Eu quero o Orçamento impositivo. Mas não só aqui: Na União, nos Estado e nos municípios. Muitos só querem aqui, porque estamos aqui. Nos Estados, os mesmos que aqui fazem discursos pelo Orçamento impositivo — eu vejo no meu Estado, São Paulo — não



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

são favoráveis ao Orçamento impositivo. O PSDB, com todo o respeito que tenho aos companheiros que o integram, inclusive ao Governador Serra, que é meu amigo, no Estado, não quer essa transparência toda, porque ele tem um projeto e tem de governar.

Então, Deputado João Leão, eu parablenizo V.Exa. pelo trabalho feito e pelo esforço no sentido de fechar esse acordo ontem.

Gostaria apenas de que V.Exa. nos entregasse as diretrizes que o Governo enviou a esta Casa. Se V.Exa. puder publicá-las, melhor ainda. Assim, não teremos que responder lá na frente por aquilo que deixamos de fazer agora.

Foram essas as minhas cobranças, muito generosas, ao Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Há 2 oradores inscritos pela ordem. Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** - Sr. Presidente, não me quis manifestar antes para não retardar a nossa deliberação. Aliás, quero aproveitar o momento para cumprimentar o Deputado João Leão pela sapiência demonstrada ao entender os motivos dos que apresentaram sugestões de modificações.

Vivemos momento importante no Parlamento. Existe, na própria Casa, uma desinformação em relação às mudanças que fizemos nesta Comissão. O nosso Presidente lembrou muito bem algumas delas: a Resolução nº 1 e a renovação dos membros da Comissão a cada ano. Mas ainda existe uma desinformação muito grande.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** - De minha parte, posso permitir; não sei se é possível; o Presidente é que decide. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Pela prática do Congresso Nacional, não existe aparte em questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** - Então, depois, o nobre colega complementa.

Segunda-feira, à noite, se não me engano, ouvi um comentário do jornalista econômico Merval Pereira, da *Globo News*, sobre as emendas individuais, completamente equivocado. Vou sugerir até que a Presidência officie a ele, esclarecendo-o.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Vamos mandar a Resolução nº 1 para ele.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** - A interpretação que ele deu em relação ao encaminhamento das emendas está completamente equivocada. Caberia à Presidência, por meio de um dos nossos assessores, responder-lhe, para demonstrar que estamos preocupados em dar uma satisfação à sociedade. É perfeitamente factível que informemos a esse colunista econômico. Será também fácil identificarmos quando isso ocorreu: foi na segunda-feira, no *Jornal das Dez*, da *Globo News*.

Para que possamos ser transparentes, quero deixar algumas sugestões.

Constituímos os seguintes comitês permanentes: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves e Comitê de Emendas.

Se o Presidente assim entender, poderíamos constituir, de imediato, esses comitês permanentes. Um deles, o Comitê de Avaliação de Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves, poderia trabalhar durante todo o ano e com o Tribunal de Contas, para ir depurando certas matérias. Não precisamos, às vezes de afogadilho, votar em setembro, outubro, novembro, dezembro projetos que poderiam ser definidos ao longo do ano. Com isso, a chance de erros diminuiria. Ao longo do ano, podemos fazer isso com muita tranquilidade.

Fica essa sugestão para que possamos operacionalizar os trabalhos desse comitê.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Esclareço ao Deputado Eduardo Sciarra que vamos instalar, sim, os comitês. A instalação dos 4 comitês está na dependência de decisão minha, a qual será comunicada aos senhores, em relação à participação dos partidos.

Diante dos fatos que estão acontecendo, não temos como fazer uma interpretação restritiva. Quanto maior for a participação dos partidos, maior será a transparência e efetividade desses comitês.

Então, neste momento, quero comunicar, na condição de Presidente da Comissão, que decidi favoravelmente a questão de ordem levantada pelo Senador Antônio Carlos Valadares.

Com isso, peço aos Líderes partidários que procurem a Secretaria da Comissão para relacionar o nome dos Deputados que irão integrar os comitês de acompanhamento da execução orçamentária.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Em face dessa decisão, vamos ter de rever a composição do Comitê de Fiscalização, do Comitê do TCU, do Comitê de Emendas e do Comitê da Receita.

Assim sendo, peço aos Líderes presentes que tratem com urgência essa questão.

A Secretaria está fazendo o cálculo da proporcionalidade e vai informar às Lideranças e aos membros da Comissão o número de representantes que cada partido terá nos comitês.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** - Pela ordem, apenas uma retificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Pela ordem, tem a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** - Sr. Presidente, ouvi o Deputado de São Paulo fazer uma referência sobre corrupção no Brasil.

Hoje, efetivamente, a corrupção não é privilégio do Poder Legislativo; ela atingiu os Poderes Judiciário e Executivo, mas não conheço nada que tenha ocorrido no TCU, órgão centenário, que possa tisonar a sua imagem. Talvez o Congresso Nacional tenha no TCU, entidade centenária, repito, criada por Ruy Barbosa, a maior representação de honestidade, competência e de capacitação técnica deste País. O Tribunal de Contas da União é uma reserva moral.

Desse modo, sugiro ao Parlamentar que faça uma representação com referência a qualquer dúvida que ele tenha em relação ao TCU.

Tendo permanecido no TCU por 10 anos, posso testemunhar que não conheço nada neste País mais competente, mais íntegro e mais capaz de representar o sentimento de honestidade deste País.

De maneira que não poderia, estando presente, permitir que alguém, sem conhecimento de causa, apenas porque um jornal citou que um Ministro recebeu um telefonema, algo absolutamente normal, possa levantar qualquer dúvida com referência à honestidade, à dignidade e à respeitabilidade do TCU no Brasil.

Peço apenas que fique registrado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, eu havia pedido pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Pela ordem de inscrição, está com a palavra o Deputado Paulo Rubens Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, quero comunicar aos nobres Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, integrantes desta Comissão, que ontem foi encaminhada ao Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, proposta de constituição de um grupo de trabalho, assim como fiz há 2 anos quando o Primeiro Comando da Capital incendiou o Estado de São Paulo, causando enorme indignação em São Paulo e em todo o Brasil — na ocasião, não foram poucos os Deputados e Senadores que pediram o endurecimento das penas contra os criminosos que atuam de dentro dos presídios —, da mesma forma como causou indignação e repulsa o assassinato do garoto João Hélio, no Rio de Janeiro.

Há poucas semanas, foi criado um grupo de trabalho na Câmara para sistematizar as propostas para a reforma política, cujo Relator é o Deputado Flávio Dino, PCdoB/MA.

Então, propus ontem ao Presidente Arlindo Chinaglia — se necessário for, proporei a V.Exa também — a constituição de um grupo de trabalho que sistematize todos os projetos de lei em tramitação na Casa relacionados com combate à corrupção, à improbidade administrativa, a indícios de enriquecimento ilícito de servidor público, a lavagem de dinheiro e a outros crimes a respeito dos quais a legislação já não mais responde à especialidade do crime organizado contra a Administração Pública.

Estranho muito que, quando os assuntos são da esfera do crime no mundo privado, tenhamos ouvido dezenas de discursos indignados com proposta de aumento de pena. Aprovamos o aumento das penas para os que, de dentro dos presídios, se servem de telefones celulares para comandar atos criminosos; aprovamos o aumento das penas para aqueles de maior idade que lançam mão do “trabalho”, entre aspas, criminoso de crianças e adolescentes para a prática de atos criminosos.

Agora, quando assistimos ontem, descaradamente, à revelação dos intestinos, das entranhas, da medula de uma estrutura criminosa, que vinha operando, não só, segundo os indícios, no Legislativo, mas também exercendo tráfico de influência no Poder Executivo, não vi a mesma indignação manifestada em relação aos crimes do PCC, com o Marcola em presídio de segurança máxima, não vi a mesma indignação exteriorizada com o assassinato do menor João Hélio.

Então, para fatos objetivos propostas objetivas.





**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Não quero antecipar julgamento de ninguém, mas também não tenho a menor vocação para banalizar a corrupção neste País.

Muitos Deputados desta Casa têm dedicado parte do seu mandato a manter permanente contato com o TCU, com o Ministério Público Federal, com os Tribunais de Contas dos Estados e com o Ministério Público dos Estados. Mas não é possível, diante de fato de tamanha gravidade, deixar sob suspeição Deputados, Senadores e esta Comissão Mista de Orçamento.

Ora, quando um jornalista vai ao órgão de comunicação do que titular e faz suas considerações gerais, ele não está atingindo apenas os que estão expostos, ou que foram presos na Operação Navalha. Na proporção em que as coisas estão acontecendo, daqui a pouco será preciso um tabuleiro, com navalha, faca, facão, foice, peixeira, quicê e canivete, para poder responder ao nível de ingerência que certos interesses privados têm na elaboração do Orçamento e na disponibilidade desse dinheiro por parte do Poder Executivo.

Quero fazer minhas as palavras de V.Exa. É muito fácil bater no Legislativo — é muito fácil. Hoje de manhã e ontem concedi entrevistas dizendo que essa situação pode assemelhar-se ao antigo disco de vinil, ou seja, tem um lado A e um lado B.

Não me lembro se foi um Deputado ou Senador que desde ontem faz uma enorme propaganda para acabar com a Comissão de Orçamento. E eu digo que é preciso esclarecer que no dia em que não houver Comissão de Orçamento, vai existir dinheiro no Tesouro, vão existir contratos de obras e alguém vai usar a caneta para liberar, desde o Ministério, até algum convênio miúdo, como são os de Prefeitura e muitos que vi, como Sub-Relator da CPI das Ambulâncias.

Precisamos dar uma resposta e não ficar apenas generalizando que é isso, que é aquilo, que estão jogando pedras. Diferentemente do que alguns membros deste Congresso disseram ontem, não é a mídia que está querendo acabar com o Parlamento. Lamentavelmente, cada vez mais somam-se indícios de que alguns que foram eleitos com o voto popular vieram a esta Casa não para representar o povo, mas, sim, interesses próprios, e às vezes tantas são as facilidades, que derivam para o caminho do ilícito, da improbidade, da corrupção. Portanto, antes de jogarmos a culpa na mídia, vamos desligar o rádio, desligar a televisão, jogar fora a antena parabólica e olhar para dentro de casa.

A CPI das Ambulâncias fez uma série de recomendações para evitar as fraudes com execução de emendas parlamentares para entidades filantrópicas. As sugestões da CPI foram derrotadas dentro desta Comissão Mista de Orçamento. Aqui foram derrotadas as sugestões para impedir emenda parlamentar para entidade filantrópica do sobrinho do Deputado, do cunhado do Deputado, do primo do Deputado e de outros que teriam sido, nos últimos anos, nas últimas horas, seus assessores de gabinete. Enquanto prevalecer o corporativismo de alguns grupos de interesse, os Deputados que não estão ligados a essas práticas vão ser responsabilizados indevidamente.

Portanto, quero fazer minhas as palavras de V.Exa. Se há corrupção, há a ação privada e a ação pública. Se há ação pública, infelizmente, ela pode ocorrer no Legislativo, mas ocorre também, sobretudo, na forma como o Executivo aprova e libera os recursos do Orçamento.

Ontem, propus ao Presidente Arlindo a criação de um grupo de trabalho para sistematizar os projetos de lei em curso. É preciso termos a mesma postura que muitos tiveram ao pedir o endurecimento da pena para quem comanda rebeliões em presídios e pedir o endurecimento da pena para quem é empresário e age de forma corrupta. É preciso inabilitar para a função pública quem exerce cargo público e faz tráfico de influência. Quer ter aumento de salário no DAS? Vá estudar para fazer concurso para ser procurador, juiz federal ou procurador da República. Quer ter melhor salário no serviço público? Vá fazer greve na porta do Ministério, pois muitos Deputados estarão lá para ajudar.

Não é possível sermos jogados na lata de lixo, mais uma vez, no espaço de 5 anos, por causa da responsabilidade ou irresponsabilidade de alguns que insistem em confrontar a legislação. E muitas vezes, quando esta Casa busca aprimorar a legislação e endurecer o combate à criminalidade, tentam tratar a corrupção como se fosse algo banal, genérico e, inclusive, cultural na memória e nos hábitos do povo brasileiro.

Apoiarei V.Exa. para a pronta constituição dos comitês. Espero que eles comecem a funcionar, assim como espero que aquele requerimento, que já está criando cabelos brancos, em que solicitamos todas as auditorias do TCU na INFRAERO seja definitivamente aprovado. É matéria regimental, não há porque obstar, sob qualquer argumento, que a Comissão Mista de Orçamento peça ao TCU todas as auditorias, algumas até com mais de 10 anos, relacionadas a obras na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Quero esclarecer ao orador que os comentários de V.Exa. dão-me o direito a uma sugestão. V.Exa. pode apresentar um requerimento a ser submetido à apreciação da Comissão que trate dessa solicitação ao Tribunal de Contas da União, até porque o TCU é órgão auxiliar do Legislativo e tem a obrigação de fornecer essas peças que seriam utilizadas para o efetivo acompanhamento da execução orçamentária.

Insisto naquele argumento de que não é possível haver corrupção sem o concurso e a decisão do Executivo, porque é no Executivo que se faz a licitação, o pagamento das obras superfaturadas ou não. O Legislativo não paga nada. Pode haver o concurso de algum Parlamentar na elaboração de uma emenda? Pode haver, mas se nos 3 níveis do Executivo — Governo Federal, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais — houver austeridade e seriedade, na prática, essa tentativa que se esboçou no Legislativo certamente não será efetivada. Por isso digo que não é possível haver a prática de desvios orçamentários, corrupção, superfaturamento, pagamentos indevidos, obras fantasmas e tantos outros adjetivos que são usados, sem o concurso decisivo do Executivo, porque é ele que faz a licitação, é ele que paga, é ele que mede, é ele que fiscaliza. Então, sem a sua contribuição isso não é possível.

Essa não é uma explicação em defesa do Legislativo, porque os homens de bem, os Parlamentares sérios, não precisarão de nenhuma defesa ou de defesa prévia, é apenas para esclarecer que há muitos equívocos em torno dessa questão. Dizer que a Comissão de Orçamento, que o Plenário do Congresso Nacional, que tem que aprovar o Orçamento, é uma fábrica de corrupção é um grande equívoco. É como se nos Executivos estivessem o coro das 7 mil virgens e todas as suas virtudes. E sabemos que não é assim, pois onde está o homem sempre existe a possibilidade de deslizamentos, de crimes e tudo mais. É preciso dar o nome certo a cada boi. É o que eu advogo.

Então, sugiro a V.Exa. que reduza o seu requerimento a termos e vamos submetê-lo à apreciação do Plenário. Uma vez aprovado, dirigiremos a requisição ao Tribunal de Contas da União.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** - Sr. Presidente, despedindo-me como Relator da Mesa, agradeço aos Srs. Parlamentares e coloco-me às ordens de todos para qualquer dúvida em relação à LDO.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Sr. Presidente, faço um apelo a V.Exa. no sentido de constituir os comitês que foram estabelecidos pela Resolução nº 01, em especial o Comitê de Obras Irregulares, até porque se quisermos dar efetividade ao nosso trabalho de controle e fiscalização, esse comitê em funcionamento muito poderia contribuir para evitar que obras irregulares continuassem recebendo recursos de verbas federais e que outras obras ficassem na condição de irregularidade.

Também faço um apelo a V.Exa. quanto ao encaminhamento de requerimento de minha autoria convidando o delegado da Polícia Federal encarregado do inquérito a comparecer a esta Comissão para dar esclarecimentos sobre o andamento das investigações e sobre o tipo de irregularidades encontradas, até para que possamos, na LDO e na discussão da Lei Orçamentária no próximo ano, tomar as devidas iniciativas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Peço a V.Exa. que reduza a termos o seu requerimento. Com relação ao funcionamento dos comitês, não sei se V.Exa. estava presente à reunião, já estamos pedindo aos partidos a indicação de representantes para imediata constituição desses comitês. *(Pausa.)*

Apenas para esclarecimento da secretaria, há 2 requerimentos de V.Exa., um dirigido ao Ministro das Cidades e outro à Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Então, V.Exa. pode apresentar o terceiro, se assim desejar.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Já foi feito e entregue.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - A Mesa comunica que, uma vez aprovado o Relatório Preliminar, fica aberto o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, a partir de amanhã, dia 24 de maio, por 10 dias úteis. Como o prazo de 10 dias se encerraria no sábado, que não é dia útil no serviço público, fica prorrogado até o dia 4 de junho, segunda-feira, às 18h30. Por favor, anotem.

Estamos recebendo o sinal de que terá início a Ordem do Dia na Câmara dos Deputados. Nesse caso, vamos encerrar a presente reunião, antes comunicando a todos que o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, confirmou sua presença amanhã, dia 24 de maio, quinta-feira, às 10h, neste plenário, para prestar os esclarecimentos previstos em lei.

Convoco todos para reunião ordinária a realizar-se no dia 30 de maio, quarta-feira, às 14h30.

Como o *quorum* está muito baixo, gostaria de observar que as reuniões às quartas-feiras têm o inconveniente de haver, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sessão deliberativa e muitas vezes temos que interromper reuniões em atendimento ao Regimento. Consulto os membros da Comissão sobre a possibilidade de transferir a



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

reunião das quartas-feiras para as quintas-feiras, pela manhã, quando não há reuniões de Comissões Permanentes nem sessão deliberativa nas duas Casas do Congresso.

Tem a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** - Sr. Presidente, gostaria de manifestar-me a respeito dessa questão. Todos fizemos um calendário das nossas atividades em função do que ficou acordado no início dos trabalhos legislativos. Eu teria dificuldade, e acredito que outros também, se mantivéssemos reuniões apenas às quintas-feiras. De minha parte, acho que se pudermos fazer às quartas-feiras e, o que for preciso, complementar na quinta-feira pela manhã, talvez consigamos produzir mais. Essa é minha sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Como eu disse antes, quero consultar todos, de maneira que ninguém seja surpreendido com a mudança.

Nada mais havendo a deliberar, declaro encerrada a reunião.